

**HABEAS CORPUS Nº 538.727 - SP (2019/0304686-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : MARIA LIGIA PEREIRA FRANCA DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : MARIA LIGIA PEREIRA FRANÇA DOS SANTOS - SP150410  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSÉ SEBASTIÃO TELES DE ALMEIDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSÉ SEBASTIÃO TELES DE ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Agravo em Execução Penal n. 7000580-56.2019.8.26.0482.

Noticiam os autos que o impetrante-paciente foi condenado à pena de 108 (cento e oito) anos, 3 (três) meses e 2 (dois) dias de reclusão, contando com 8 (oito) condenações por homicídios e 1 (um) roubo majorado.

Buscando a progressão do regime de cumprimento da pena, a defesa interpôs agravo em execução, que foi desprovido.

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, haja vista a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento da progressão de regime, por falta do atendimento do requisito subjetivo.

Assevera que o apenado preenche os requisitos legais para o benefício nos termos da Lei de Execuções Penais, porquanto não há registro de falta grave, desenvolveu esforço laborativo dentro durante o cárcere e ostenta ótimo comportamento.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja reconhecido o direito do paciente à progressão prisional.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Com efeito, para a concessão do pedido liminar, é necessário a presença cumulativa dos seus requisitos, a saber, o *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito) e o *periculum in mora* (perigo na demora).

Na presente hipótese, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto não foi comprovada a ilegalidade apontada pelo impetrante.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e

# *Superior Tribunal de Justiça*

oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator